

Revisão de índices trará escala de invasões, alertam produtores

**E
D
I
T
O
R
I
A
L**

Em 5 anos, 16 milhões de hectares foram declarados improdutivos, mas o governo quer aumentar as desapropriações

Nos últimos cinco anos, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva transformou 38,6 milhões de hectares de terras próprias para a agricultura em assentamentos para 502 mil famílias sem-terra. Dessa área, cerca de 16 milhões de hectares foram desapropriados após terem sido considerados improdutivos, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A extensão das terras que os agricultores perderam por falta de produção é mais que o dobro de toda a área cultivada com cana-de-açúcar - 7,8 milhões de hectares.

No que depender do ministro, no próximo dia 3 de setembro o Diário Oficial da União publicará uma portaria elevando em até 100% a produtividade mínima exigida nas grandes propriedades rurais para que as terras não sejam desapropriadas. O titular de Desenvolvimento Agrário já mandou o documento assinado para o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

A medida causa apreensão nas principais regiões agrícolas. Produtores rurais temem uma escalada de invasões, pois as propriedades declaradas improdutivas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) são rapidamente invadidas pelos militantes de grupos capitaneados pelo Movimento dos Sem-Terra (MST).

Balanço

Nos últimos cinco anos, 1.933 propriedades sofreram invasões, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) pretende articular com outras entidades uma marcha a Brasília para pressionar o presidente Lula, a exemplo do que fez o MST.

O presidente mandou rever os índices durante uma jornada nacional do movimento, que incluiu um acampamento em Brasília e a invasão do Ministério da Fazenda, na segunda semana deste mês. "Se não organizarmos uma mobilização, os produtores vão sem nós", destacou a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

Para fazer a nova tabela de produtividade no campo, foi pesquisada a produção em 554 microrregiões do País, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos municípios.

Entre os índices mais elevados, os produtores de soja de Sorriso (MT), por exemplo, terão de produzir pelo menos 2,4 toneladas por hectare, ao invés da 1,2 tonelada do índice atual. O aumento é de 100%. Já os rizicultores de Uruguaiana (RS) terão de colher 5,6 toneladas de arroz por hectare, ante as 3,4 toneladas atuais.

A senadora considera os novos índices "desonestos", pois levam em conta só o tamanho da terra e a quantidade da produção. "Outros fatores

A desapropriação de propriedades improdutivas representa pelo menos 40% das terras arrecadadas para o programa de reforma agrária do governo, de acordo com o ministro Guilherme Cassel. O porcentual seria maior, segundo ele, se os índices, fixados com base na produção de 1975, não estivessem tão defasados.

EDITORIAL

↳ Revisão de índices trará escala de invasões, alertam produtores

■ **Página 01 e 02**

EVENTOS

■ **Página 02**

PEQUENAS NOTAS

■ **Página 04**

FIQUE SABENDO

↳ Secretários discordam da mudança de índices de produtividade

↳ Stephanes: não é momento de revisar índices de produtividade

↳ Comissão Geral na Câmara dos Deputados

↳ El Niño pode voltar e afetar preços de commodities

■ **Páginas 03 e 04**

NOTICIA DA CNA

↳ Em nota oficial, CNA esclarece posição sobre reforma agrária

■ **Páginas 05**

ESPAÇO DO AGROPACTO

↳ Encontro semanal do dia 01/09/09

■ **Páginas 05 e 06**

Informativo Semanal



Nº 564

Órgão de divulgação de assuntos de interesse do Setor Agropecuário e do Pacto de Cooperação da Agropecuária Cearense.

Coordenação e Elaboração: Gerardo Angelim de Albuquerque - Chefe de Gabinete da FAEC

Coordenador Geral do Agropacto: JOSÉ RAMOS TORRES DE MELO FILHO (Presidente da FAEC)

Membros do Comitê Consultivo: Setor Público

Antônio Bezerra Peixoto - SDA
Antonio Cleber Maurício de Alencar - BB
Evandro Vasconcelos Holanda Júnior - Embrapa Caprinos
Francisco Zuza de Oliveira - ADECE
João Hélio Torres D'Ávila - UFC
Lucas Antonio de Sousa Leite - Embrapa Agroindústria Tropical
José Alves Teixeira - BNB
Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota - SECITECE

Setor Privado

Carlos Prado - IBRAF/NE
Cristiano Peixoto Maia - C.S. Camarão
Edgar Gadelha Pereira Filho - C.S. Camaúba
Euvaldo Bringel Olinda - Instituto Frutal
Francisco Férrer Bezerra - FIEC
Gilson Gondim - C.S. Flores
João Nicélio Alves Nogueira - OCEC
João Teixeira Júnior - UNIVALE
José Alberto Costa Bezerra Júnior - C.S. Leite
Luiz Prata Girão - BETÂNIA
Raimundo Reginaldo Braga Lobo - SEBRAE/CE
Tom Prado - C.S. Frutucultura

Secretária:

KAMYLLA COSTA DE ANDRADE

Editoração Digital:

GEOVANA COSTA

Taquigrafia:

IRLANA GURGEL

Patrocínio:

BANCO DO BRASIL S/A

CONSULTA

Para maiores esclarecimentos sobre as informações aqui divulgadas, favor comunicar-se com a **SECRETARIA EXECUTIVA DO PACTO DE COOPERAÇÃO DA AGROPECUÁRIA CEARENSE**.

Endereço: Rua Edite Braga, 50 - Jardim América - 60.425-100 Fortaleza - CE

Telefones: (0xx85) 3535-8006/3535-8017

Fax: (0xx85) 3535-8001

E-mail: agropacto@faec.org.br

Site: www.agropacto-ce.org.br

Continuação

importantes, como o crédito, os juros, a mão-de-obra, o mercado e a renda não foram considerados.”

Segundo Kátia Abreu, a livre iniciativa consagrada pelas leis brasileiras é regida pelo mercado. “Nenhuma atividade pode ficar impedida de recuar na produção, se as pessoas não tiverem necessidade daquilo que está sendo produzido”, justifica.

Conflitos

A ruralista acha que a nova portaria vai “forjar” latifúndios improdutivos no Brasil e aumentar os conflitos. “A mudança ocorre num momento em que os produtores rurais estão sendo compelidos a transformar áreas de produção em reserva legal. É como tirar o tubo e deixar o produtor sem oxigênio.”

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso (Famato), Rui Prado, considera o momento inoportuno para a revisão. “Diante de um cenário de estoques elevados e preços baixos, aumentar os níveis de produtividade das principais culturas é uma enorme contradição.”

Para Prado, o governo Lula não pode ignorar fatores como as relações de mercado, o estoque, a demanda e a macroeconomia, exigindo que os produtores rurais trabalhem em níveis negativos para que não tenham suas propriedades expropriadas.

“Quando se tenta fazer prevalecer os interesses de algumas categorias a qualquer custo, alguém vai pagar a conta, e nesse caso, quem está pagando a conta é o produtor”, critica o presidente da Famato.

(¹) José Maria Tomazela, do jornal Folha de S. Paulo

Eventos

Congresso: O 7º Congresso Brasileiro de Agroinformática é um importante evento promovido pela Associação Brasileira de Agroinformática, realizado a cada dois anos. O SBIAgro 2009 será promovido pela UFV – Universidade Federal de Viçosa, em parceria com a Associação TI Viçosa. Ocorrerá entre os dias 21 e 25 de setembro de 2009, no Campus da UFV, na cidade de Viçosa-MG. O tema central do congresso será “Agroinformática e a sustentabilidade do agronegócio e dos recursos naturais” e contará com importantes palestrantes nacionais e internacionais. Serão apresentados trabalhos nas formas oral e pôster e serão realizadas mesas redondas, palestras técnicas e exposições de tecnologias de empresas e instituições de ensino e pesquisa. A organização do congresso está trabalhando para oferecer um ambiente produtivo de apresentações dos trabalhos, intercâmbio de informações, criação de parcerias e apresentações de inovações tecnológicas aplicadas com sucesso no mercado. Informações: www.sbiagro2009.ufv.br

Congresso: Será realizado nas instalações da “La Rural”, Prédio Ferial da Cidade Autônoma de Buenos Aires, na Argentina, no período de 18 a 23 de outubro de 2009, o XIII Congresso Florestal Mundial – CFM 2009, evento organizado pelo governo argentino, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). Paralelamente ao Congresso ocorrerá, no dia 21 de outubro, uma Rodada de Negócios e, no dia 22, um Foro sobre Investimento e Financiamento. A Rodada de Negócios terá a particularidade de que os receptores da oferta será a comunidade florestal internacional, a quem cabe receber a informação de cada empresa participante. Informações: e-mail dmaradei@cfm2009.org; site www.cfm2009.org e telefone (54-11) 43492209.

ALERTA AOS PRODUTORES RURAIS

O pagamento da contribuição sindical rural é obrigatório e, entre as passíveis sanções, está a cobrança judicial

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

Secretários discordam da mudança de índices de produtividade

O Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura (Conseagri) vai entregar ao Ministro Reinhold Stephanes carta de apoio à não-implantação dos novos códigos de produtividade como critério de desapropriação de terras para reforma agrária.

A decisão foi anunciada durante reunião do conselho em Goiânia (GO), no dia 28.08..

De acordo com o Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, Gilman Viana Rodrigues, “os Secretários vão dizer ao Ministro da Agricultura que não condenam a adoção de um programa de reforma agrária no país, mas estão surpresos com a incongruência das propostas diante da conjuntura nacional e o simplismo dos critérios adotados”. A eficiência de uma propriedade, acrescenta Gilman Viana, não pode ser medida pelos índices de produtividade, e outros critérios devem ser levados em consideração.”

O Secretário de Minas ainda observa que “ocorre em todo o mundo uma forte desaceleração dos processos produtivos, não só do agronegócio como de diversos outros setores”. Por isso, ele enfatiza, “a proposta do governo federal vai contra as alternativas usadas para conviver com a crise. Uma das alternativas adotadas atualmente é a redução de escalas de produção, uma consequência do desaquecimento dos mercados mundiais”.

Na reunião, que contou com a participação de vinte Estados, foi eleita Presidente do Conseagri, para um mandato de dois anos, a Secretária do Mato Grosso do Sul, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias.

Stephanes: não é momento de revisar índices de produtividade

O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Reinhold Stephanes, afirmou, em visita à Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários (Expointer), que este não é o momento de revisar os índices de produtividade usados na avaliação de propriedades para fins de reforma agrária. Stephanes justificou que o mundo vive ainda uma crise econômica com reflexos sobre a agricultura. “A assinatura (da portaria) no momento em que o mundo está em crise e, de uma forma ou de outra, isso afeta a agricultura não é o melhor momento de tratar do assunto”, avaliou o ministro.

A portaria prevendo a revisão dos índices foi assinada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e aguarda o aval de Stephanes para ser finalizada. O presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Carlos Sperotto, comemorou a posição de Stephanes. “Não existe no mundo um setor ao qual é imposto cumprir metas de produção estabelecidas pelo governo”, afirmou.

Na Expointer, uma das maiores feiras agropecuárias da América Latina, o ministro participou do lançamento de uma cartilha elaborada pela Embrapa Suínos e Aves com recomendações para a prevenção da gripe A (H1N1). O material é dirigido principalmente para produtores de suínos e também abrange recomendações para técnicos, veterinários e outros profissionais que têm contato com os animais. A Expointer deste ano vetou a participação dos suínos para evitar risco de exposição à gripe A (H1N1). A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) confirmou casos de transmissão da doença de humanos para suínos.

Comissão Geral na Câmara dos Deputados

A Confederação Nacional da Indústria – CNI promoveu grande mobilização para a Comissão Geral que debateu a redação da jornada de trabalho, no dia 25 de agosto, no Plenário da Câmara dos Deputados.

A classe patronal contou com a participação expressiva de representantes de empresários de todas as regiões do País, cujo número equivaleu ao número de representantes dos trabalhadores.

Previamente à reunião, o Presidente da Casa, Deputado Michel Temer (PMDB/SP), recebeu os Presidentes da CNI, Deputado Armando Monteiro Neto (PTB/PE) e da Força Sindical, Deputado Paulo Pereira (PDT/SP).

Temer reconheceu o clima político instalado em torno da PEC 231/95 e ressaltou a importância de discutir o tema do ponto de vista técnico.

O clima político a que se referiu o Presidente da Câmara estava instalado no Salão Verde, onde se aglomeravam, antes do início da sessão, representantes das centrais sindicais e do empresariado. “Quarenta horas”, gritavam os dirigentes sindicais, sendo retrucados na hora pelos empresários, que acrescentavam um sonoro e unísono “não”.

A CNI indicou 31 representantes da classe para expor as razões de divergências à PEC 231, dentre esses, 12 foram ouvidos em Plenário, além do Presidente da Confederação, Deputado Armando Monteiro Neto.

A Comissão encerrou os debates às 14 horas, em razão do início da Ordem do Dia; motivo pelo qual nem todos os inscritos puderam manifestar-se.

O Deputado Paulo Pereira da Silva (PDT/SP), Presidente da Força Sindical, leu requerimento de preferência de votação para a matéria no Plenário, assinado por diversos líderes partidários.

PRODUTOR RURAL: Pague a Contribuição Sindical em benefício da manutenção do Sistema Sindical Rural

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

El Niño pode voltar a afetar preços de *commodities*

A Organização Mundial de Meteorologia (OMM) alerta que o fenômeno El Niño poderá reaparecer neste segundo semestre, e o mercado financeiro já avalia o impacto sobre as culturas agrícolas e a cotação das *commodities*.

Para o banco francês Natixis, os produtos agrícolas com mais risco de serem afetados pelo fenômeno climático são o açúcar, o óleo de palma e o cacau, elevando seus preços no mercado internacional.

O El Niño provoca inundações na América do Sul, seca no sul da Ásia e na Austrália. A OMM diz que, como o fenômeno produz-se a cada quatro ou cinco anos, há mais de 50% de chances de que se manifeste nos próximos meses.

De acordo com o Natixis, o El Niño pode ter impacto determinante, em primeiro lugar, na cotação de açúcar, que já teve os preços elevados em 33% este ano. Na colheita de 1997/98, o déficit de 400 mil toneladas na produção da Índia, provocado pelo fenômeno climático, fora compensado por um ligeiro excedente mundial e alta da produção de açúcar no Brasil.

A situação agora é mais grave: juntando o déficit na produção de 4,2 milhões de toneladas em 2009/2010, o preço do produto pode aumentar ainda mais se os canaviais indianos forem severamente afetados. Analistas notam que isso é possível, porque o país registra fracas chuvas e conhece sua pior monção em 80 anos.

O óleo de palma já tem uma situação apertada no lado da oferta. A Indonésia, maior produtor com 45% da produção global, e grande consumidor de açúcar e arroz, enfrenta clima seco. A produção de cacau aumentou pouco, o estoque é baixo e o reaparecimento de El Niño pode provocar forte alta da cotação.

A produção indonésia de cacau para 2009/2010 também poderá ser afetada duramente pelo fenômeno climático. O País é o terceiro produtor mundial, atrás da Costa do Marfim e de Gana. O mercado já incorporou o fator El Niño no preço, e os preços futuros ganharam 16% entre metade de junho e de julho, alcançando 1.824 libras esterlinas por tonelada, segundo o banco francês.

pequenas NOTAS



Mantega vê Brasil preparado para novo ciclo de desenvolvimento: O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, reiterou sua avaliação de que a economia brasileira está deixando a crise de forma antecipada e previu que o Brasil deve terminar o ano com de 600 mil a 800 mil novos empregos. Em uma exposição sobre como o País enfrentou a crise econômica global, o ministro reafirmou que a economia brasileira estava bem preparada antes do abalo global e que por esse motivo o País é um dos primeiros a exibir uma recuperação. “O Brasil foi um dos últimos países a entrar na crise e um dos primeiros a sair. Já estamos deixando para trás os índices negativos de crescimento”, afirmou Mantega durante abertura de um seminário econômico. “Já estamos no limiar de um novo ciclo de desenvolvimento. Tivemos um ciclo de 2003 a 2008 e estamos preparados para outro”, disse o ministro, acrescentando que apenas 32 por cento da população brasileira sentiram os efeitos da crise.



África vai usar tecnologia do Brasil: O Brasil começou a saldar sua dívida com os países africanos que apoiaram o processo aberto na OMC (Organização Mundial do Comércio) contra os subsídios pagos pelos Estados Unidos aos seus produtores de algodão. A Embrapa África e a ABC (Agência Brasileira de Cooperação), vinculada ao Itamaraty, vão investir US\$ 4 milhões e transferir tecnologia nacional a projetos de produção da fibra nos países do chamado Cotton-4. Os governos de Benin, Burkina Faso, Chade e Mali terão apoio para tornar competitiva sua produção no mercado internacional. O trabalho envolverá a adaptação de sementes às savanas africanas, recuperação da qualidade dos solos, introdução de técnicas de controle de pragas e doenças, além da construção de laboratórios de pesquisa e treinamento na região. “Em 2003, os Cotton-4 votaram com o Brasil contra subsídios americanos”, diz o coordenador da Embrapa África, Cláudio Bragantini. “O Brasil quer aproximação política com os africanos. E a Embrapa ajuda ao aumentar a produção de alimentos e de algodão, além de abrir mercado para máquinas, equipamentos, insumos e sementes brasileiras.”



Governo resiste e ruralista pressiona por nova rolagem: Parlamentares da bancada ruralista e produtores iniciaram um movimento político que pode redundar na sétima renegociação geral das dívidas do setor. Em sentido oposto, o governo tenta barrar a aprovação de um projeto de lei da Câmara que poderia autorizar a rolagem de até R\$ 36 bilhões em débitos rurais antigos. Em ampla audiência na Câmara, dirigentes de 11 associações rurais cobraram apoio político dos parlamentares e medidas urgentes do governo, como a criação de um fundo garantidor de crédito, para evitar nova crise de renda no setor. Entidades do setor estimam que 54% do PIB da agropecuária estão comprometidos com o pagamento de dívidas. “Temos R\$ 300,00 de lucro por hectare, mas as dívidas exigem R\$ 513,00. Isso sem contar 10% de juros médios anuais”, diz o presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso, Glauber Silveira. A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) informa haver inadimplência de 35% nos débitos com programas de investimento, operações de custeio já prorrogadas e custeio prejudicados por problemas climáticos desde a safra 2003/2004.

SENHORES PROPRIETÁRIOS RURAIS - O prazo de entrega obrigatória da declaração do ITR, expira-se em 30/09/09

Em nota oficial, CNA esclarece posição sobre reforma agrária

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), entidade que reúne 27 federações estaduais, 2.142 sindicatos rurais e mais de um milhão de produtores sindicalizados, vem a público manifestar seu apoio ao projeto de lei 202/2005, aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, e solicitar a atenção da sociedade para os seguintes pontos: 1) conscientes da nossa responsabilidade como setor de vanguarda na economia — representamos 24% do Produto Interno Bruto (PIB), empregamos 37% da força de trabalho e geramos 36% das exportações — queremos garantir nosso compromisso com o avanço das leis que são democraticamente discutidas e aprovadas no Congresso; 2) não estamos defendendo mudança alguma na Constituição do país no que se refere aos índices de produtividade.

O que está sendo discutido no Congresso, com o nosso apoio, é a adequação do regime legal da desapropriação de terras para fins de reforma agrária às determinações da Constituição de 1988; 3) a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 185, que são insuscetíveis de reforma agrária as pequenas, médias propriedades

rurais e a “propriedade produtiva”, sem condicionantes ou exceções; 4) ocorre que a legislação infraconstitucional condiciona, de forma indevida, que a propriedade, além de ser produtiva, deverá cumprir simultaneamente o Grau de Utilização da Terra (GUT). Isto quer dizer que, além de cumprir 100% do GEE=Índice de Produtividade, o proprietário de terra no Brasil também é obrigado a produzir em 80% da sua área disponível (GUT= Grau de Utilização da Terra). O preceito da Lei Maior, que é a Constituição, vem sendo distorcido pela legislação em vigor; 5) cumpre assinalar que estamos lutando pelo aperfeiçoamento legal, o que vai ocorrer quando for retirada da legislação infraconstitucional a exigência da aplicação simultânea dos dois índices (GUT/GEE); 6) o Brasil e os brasileiros conhecem nosso trabalho, nosso compromisso com a produção de alimentos, com a geração de empregos e de divisas, assim como nosso profundo respeito às leis. Estamos discutindo, de forma democrática e no âmbito do Congresso, um projeto de lei justo e necessário para nosso setor; 7) por fim, a CNA esclarece que não é responsável pelas dificuldades de eventuais programas do governo, como é o caso da reforma agrária. A CNA nada tem contra a reforma agrária, proposta que diz respeito ao governo. O que a CNA não considera aceitável, assim como a maioria do povo brasileiro, são as invasões de terra. O compromisso da CNA e do Brasil é com o Estado de Direito e a democracia.

ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO

Resumo da reunião de 1º de setembro de 2009

Tema: “Linhas de Financiamento Rural para a safra 2009/2010”

Palestrante: Dr Artur Matos dos Santos Júnior, Analista do Banco do Brasil



O Sr. Coordenador Flávio Saboya abriu a reunião e imediatamente passou a palavra ao palestrante, Doutor. Artur dos Santos Júnior, que iniciou falando dos objetivos do plano agrícola do Governo, cujas diretrizes refletem em todas as linhas de crédito e custeio, tais como: reduzir custo financeiro para o produtor, ampliar abrangência do zoneamento agrícola, rever o seguro rural; fortalecer cooperativas, etc. Novidades na agricultura familiar: renda bruta mínima anual passa para 6 mil reais, criação do Pronaf Agricultor Familiar com teto de 40 mil, ampliação do programa mais alimentos, criação de um selo para agricultura familiar,

etc. Na agricultura empresarial: renda bruta anual exigida no Proger Rural para 500 mil reais, teto ampliado para 250 mil, BNDES inclusão de novas atividades e programas, linhas de apoio às cooperativas de produção, limite de investimento para 200 mil, mudanças em relação ao seguro agrícola, etc. Passou a apresentar as linhas de custeio, investimento e comercialização, mudanças e novidades. Mini e pequeno produtor, na classificação do Banco do Brasil seria o público do Pronaf; médio produtor, renda de 110 até 500 mil reais (Proger Rural); demais, acima de 500 mil reais. Linhas de custeio, em número de nove, entre elas: Proger Rural, (desenvolvimento da atividade rural dos médios produtores, 6.25% ao ano), Pronaf Agricultor Familiar, Banco do Brasil Coopinsumos (cooperativas, 6.75% ao ano), MCR 62 e 64, produção de mudas e sementes (teto de 170 mil reais, sendo milho, o teto passa a 3,5 milhões), Pronaf Agroindústria (custeio, beneficiamento e industrialização da produção para público do Pronaf, cooperativas), FCO, Funcafé, etc. Linhas de investimento: FCO (taxa de 4 a 8,5%, teto até 10 milhões, prazo de 15 anos), Finame Agrícola (para grandes valores, em TJLP, remuneração BNDES de 0,9, spread de risco, teto e prazos variáveis), Pronaf

Agroindústria. MCR 62 e 64 (Máquinas, implementos, animais, etc. prazos e taxas variando de acordo com o objeto do financiamento), Finame Moderfrota (aquisição de tratores, colheitadeiras, etc., inclusive usados, 7.5% ao ano para produtores no Proger Rural e 9.5% para demais produtores), BNDES Produsa (recuperação de áreas degradadas, regularização de propriedades, correção de solos, etc.), BNDES Profloa, BNDES Finame PSI (área rural e comercial), Prodecoop (para estruturação de grandes cooperativas, até 20 milhões), etc. Linhas de comercialização: EGF, desconto de duplicatas (6,75% ao ano), etc. Seguiu dizendo que 55% do Pronaf estava na região Sul, que dos recursos do BB no Nordeste, 2 bilhões estavam na Bahia, 500 milhões em Pernambuco, 282 milhões no Ceará; que o Banco do Brasil tinha 70 bilhões de saldo em carteira, sendo 24,9 investimento 24 em custeio, 19 bilhões em comercialização. Ressaltou que o Governo evidencia preocupação com seguro agrícola, cooperativismo, recuperação de áreas, etc. Informou e que o Banco do Brasil alocou 39,5 bilhões para a safra 2009/2010, e seguiu dando alguns números, alertando que se não existisse o agronegócio, a balança comercial teria fechado com saldo negativo, e que o setor era estratégico para o Governo, trazia divisas para o País. Agradeceu a atenção de todos e colocou-se à disposição para responder questionamentos.

Debates

O Sr. Coordenador abriu os debates e a Sra. Rosália Aguiar perguntou como estava a política de garantias e se o juros apresentado era simples ou composto. O Sr. Eduardo Magalhães perguntou quais os instrumentos que o Banco do Brasil estava colocando em prática para agilizar o crédito custeio e investimento e se o produtor familiar precisava de limite de crédito para tirar crédito custeio. O Sr. José Trajano fez elogios ao palestrante e perguntou se colocaria o material apresentado à disposição. O Sr. palestrante respondeu: que o juros eram efetivos ao ano, composto, embora com percentual fixo; que operações até 5 mil reais poderia ser sem garantia, mas em Pronaf, o valor poderia ser maior, e que havia um escalonamento de acordo com o tipo de solicitação; que o Banco do Brasil estava preocupado com a capacitação do seu funcionalismo em torno do crédito rural, que tinha como referência o conhecimento apreendido com o Doutor Eduardo Magalhães e que continuava estudando as mudanças que o Governo fazia na safra e a relação com a conjuntura e a política do banco; que é feito um cálculo do limite para o produtor rural *pronafiano*, mas que são diferenciados. No segundo bloco, o Sr. Francisco Xavier pediu esclarecimentos sobre qual a linha que melhor se aplicava às agroindústrias de transformação. O Sr. José Sobrinho falou sobre trabalho de custeio pecuário feito pela câmara setorial do leite em que fez um estágio com o palestrante, e sobre a necessidade de colocar o APL do leite em algumas cidades do interior, no sentido de tirar aquele segmento do marasmo. O Sr. Artur dos Santos Júnior respondeu: que o Pronaf Agroindústria seria melhor aplicado, se for em apoio à pessoa jurídica de produtores; que esperavam a organização efetiva da cadeia do leite, mas que era necessária uma

demanda ao banco. O Sr. Magno Neto perguntou onde de enquadrariam os embriões e a compra de matrizes; se existia linha para crédito de carbono; onde operacionalizar o cartão verde do Banco do Brasil. O Sr. palestrante respondeu que para embriões seria nas linhas de MCR 62, com juros de 6,75%, e se for cliente do banco, tiver limite, poderia fazer investimento para aquisição de embriões; que ainda não existe linha específica para crédito de carbono; orientou para a utilização do cartão verde. O Sr. Coordenador perguntou como o Banco do Brasil poderia ter ação mais efetiva dentro dos eventos agropecuários, de maneira a estimular os financiadores de insumos e os produtores. O Sr. Antonio Bezerra Peixoto disse que apesar do crescimento do crédito rural, percebiam que ainda ouviam críticas de que alguns produtores pequenos e médios não do setor rural, que preferiam buscar linhas de crédito em outras entidades financeiras e questionou o que estaria ocorrendo. O Sr. Edvaldo Brito pediu esclarecimentos sobre o FCO e custeio pecuário e perguntou em que atividade poderia ser aplicado no Nordeste; perguntou como seria o *deo credere* que o Banco do Brasil disponibilizaria se ele fosse presidente de uma cooperativa e tivesse que fazer o repasse aos associados. O Sr. Francisco Zuzá sugeriu que o Banco do Brasil transformasse a palestra numa cartilha simples, de forma a facilitar o acesso à informação e fez mais algumas considerações sobre os mecanismos de seguro rural, dificuldade de acesso ao crédito por causa da exigência de garantias e sobre atuação da ADECE. O Sr. Coordenador perguntou sobre as facilidades de financiamento de um trator, se equivaliam ao de um automóvel. O Sr. palestrante disse que o Banco do Brasil até 1986, por exemplo, era estritamente rural, que hoje havia uma mudança de perfil fruto de direcionamento do próprio governo; que ainda existem convênios com fornecedores de insumos, com prazo de um ano, esperava-se fazer um ourocard para efetivar vendas através da Visanet; que o Pronaf Agricultor Familiar tinha limite de 36 mil para várias atividades, mas se envolvesse trator (disse que seria de acordo com especificações e fornecedores autorizados), aumentava para 54 mil; que procuravam manter as agências atualizadas em relação às linhas de crédito, enviando aquela exposição, assim como fazendo reuniões locais sobre o assunto sempre que eram convidados, de forma a disseminar a informação. O Sr. Coordenador, não tendo mais quem quisesse se manifestar, agradeceu então ao palestrante, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

